



1.ª REVISÃO DO

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA BATALHA

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Resumo Não Técnico

ABRIL de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA

Ficha Técnica do Documento

Título:	Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha.
Descrição:	Resumo Não Técnico do relatório de avaliação das incidências ambientais ou outras significativas resultantes da aplicação da proposta de revisão do plano diretor municipal.
Data de produção:	16 de abril de 2014
Data da última atualização:	06 de abril de 2015
Versão:	Versão 03
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo C.I.P.O.T., Lda.
Coordenador de Projeto:	Ricardo Almendra Geógrafo
Equipa técnica:	Carla Gonçalves Arquiteta Paisagista Elisa Bairrinho Arquiteta Paisagista Raquel Nogueira Engenheira Civil Susana Marques Engenheira do Ambiente
Código de documento:	019
Estado do documento	Para validação do Município
Código do Projeto:	031100401
Nome do ficheiro digital:	2015_01_30_RNT_RA_RPDMBatalha_v03

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	6
2. REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA BATALHA	7
2.1 ENQUADRAMENTO.....	7
2.2 ANTECEDENTES	8
2.3 ARTICULAÇÃO DA AAE COM OS OBJETIVOS DA REVISÃO DO PDM DA BATALHA	8
3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	10
3.1 METODOLOGIA	10
3.2 DEFINIÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	11
3.2.1 Quadro de Referência Estratégico (QRE).....	11
3.2.3 Fatores Críticos para a Decisão (FCD).....	14
3.3 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS EFEITOS SIGNIFICATIVOS POR FCD	18
3.3.1 FCD Riscos Naturais e Tecnológicos.....	18
<i>Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas</i>	<i>18</i>
<i>Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável</i>	<i>18</i>
<i>Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável</i>	<i>19</i>
3.3.2 FCD Recursos Naturais.....	19
<i>Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas</i>	<i>19</i>
<i>Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável</i>	<i>20</i>
<i>Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável</i>	<i>21</i>
3.3.3 FCD População.....	21
<i>Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas</i>	<i>21</i>
<i>Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável</i>	<i>21</i>
<i>Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável</i>	<i>22</i>
3.3.4 FCD Atividades Económicas.....	22
<i>Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas</i>	<i>22</i>
<i>Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável</i>	<i>23</i>
<i>Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável</i>	<i>24</i>
3.3.5 FCD Património Cultural	24

<i>Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas</i>	24
<i>Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável</i>	25
<i>Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável</i>	25
4. PLANO DE MONITORIZAÇÃO	26
5. CONCLUSÃO	36

ÍNDICE DE ACRÓNIMOS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CMB	Câmara Municipal da Batalha
DA	Declaração Ambiental
DL	Decreto-Lei
DR	Diário da República
DGOTDU	Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENEAPI	Estratégia Nacional de Efluentes Agro Pecuários e Industriais
ENF	Estratégia Nacional para as Florestas
ERAE	Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
FA	Fatores Ambientais
FCD	Fator Crítico para a Decisão
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas
INE	Instituto Nacional de Estatística
NERLEI	Associação Empresarial da Região de Leiria
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
PGBH Vouga, Mondego e Lis	Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica da Bacia Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis
PGBH-T	Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo
PEAE	Plano Estratégico da Alta Estremadura
PEAASAR II	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais
PERSU II	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos II
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNA	Plano Nacional da Água
PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNAC	Plano Nacional para as Alterações Climáticas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNTN	Plano Nacional Turismo de Natureza
PNUEA	Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PROF-BL	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Litoral
PROT-C	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro
PSRN	Plano Setorial da Rede Natura 2000
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RA	Relatório Ambiental
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
RN 2000	Rede Natura 2000
RPDM-Batalha	Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha
SIMLIS	Sistema de Saneamento Integrado dos Municípios do Lis

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental (RA) da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha (RPDM-Batalha), onde se pretendem apresentar, de forma sintética e resumida, os principais aspetos analisados no RA.

A RPDM-Batalha está sujeita a um processo de AAE de acordo com o regime jurídico de avaliação ambiental estratégica (RJAAE – DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2001, de 4 de maio). Este enquadramento legal define como responsável da AAE o proponente do plano a avaliar, neste caso o Município da Batalha. Esta responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AAE, à determinação do âmbito de alcance da AAE, preparação do RA e respetivas consultas públicas e institucionais e ainda a apresentação da Declaração Ambiental (DA) à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

O objetivo da presente AAE consiste em descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da execução da revisão do PDM da Batalha e identificar as medidas de minimização a adotar por forma a diminuir os efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos, contribuindo assim para um desenvolvimento sustentável.

Numa primeira fase, através do Relatório de Definição de Âmbito, definiram-se os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) tendo estes sido objeto de parecer pelas Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE). De seguida elaborou-se o RA onde se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação da proposta do plano.

Com a aprovação da proposta do Plano será elaborada a Declaração Ambiental (DA) a ser entregue à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que disponibilizará a sua consulta na sua página da Internet.

A fase posterior consiste no controlo dos efeitos identificados, através da análise dos indicadores descritos no RA (sistema de monitorização), devendo os resultados ser divulgados anualmente pelo Município da Batalha.

2. REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA BATALHA

2.1 ENQUADRAMENTO

O concelho da Batalha está integrado na NUT II da Região Centro e na NUT III do Pinhal Litoral, ocupando uma área de 103 km², a qual corresponde a cerca de 6% da área total da sub-região do Pinhal Litoral.

Administrativamente, o município da Batalha é constituído por quatro freguesias: Batalha, Reguengo do Fétal, São Mamede e Golpilheira. A freguesia de S. Mamede é a que ocupa a maior parcela do território, tendo cerca de 40% de área, seguindo-lhe as freguesias da Batalha e Reguengo do Fétal que apresentam dimensão semelhante, e a freguesia da Golpilheira que ocupa apenas 5% do território do concelho.

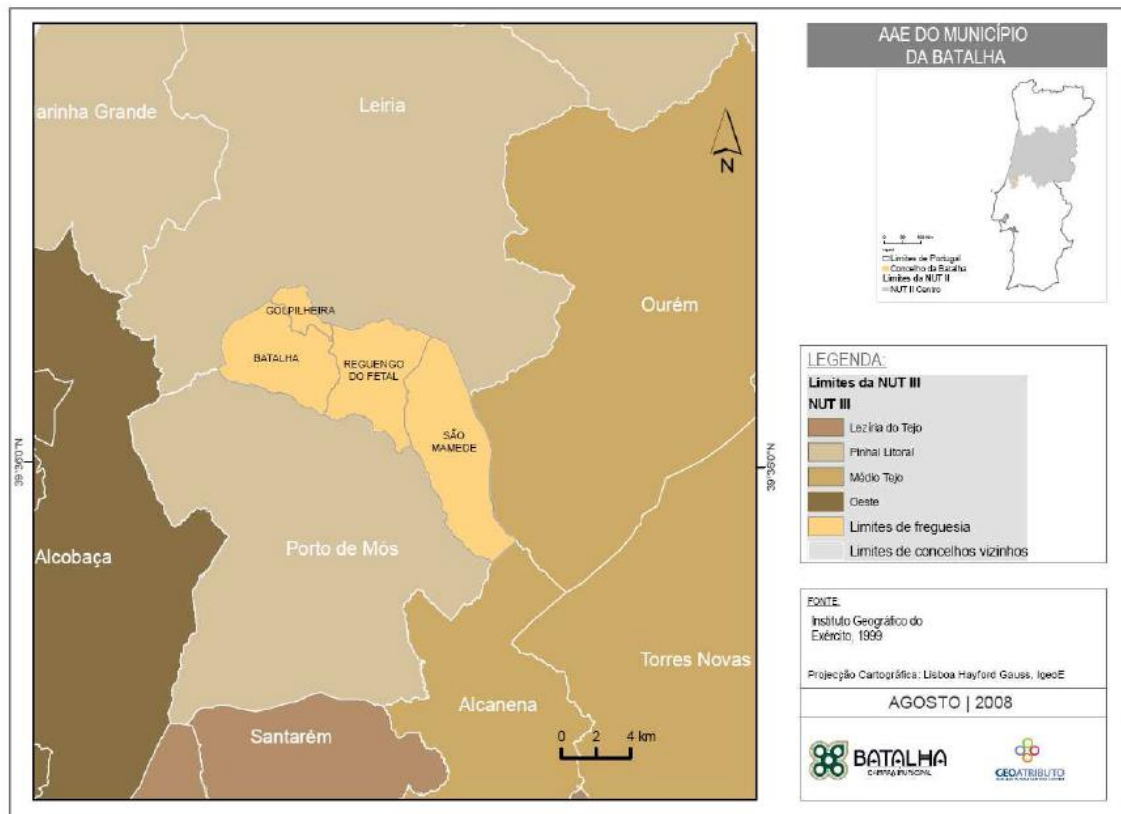


Figura 1: Enquadramento Territorial e Administrativo do Concelho da Batalha

O concelho da Batalha pertence ainda ao distrito de Leiria, juntamente com os concelhos de Alcobaça, Alvaiázere, Ansião, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrógão Grande, Peniche, Pombal e Porto de Mós.

2.2 ANTECEDENTES

O PDM da Batalha foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 136/95, publicada no Diário da República n.º 216/95, I Série – B, de 11 de novembro, alterado pela Declaração da DGOTDU n.º 307/2001, publicada no DR n.º 237, II Série – B, de 12 de outubro, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 156/2001, publicada no DR n.º 252, I Série – B, de 30 de outubro e pela Declaração da DGOTDU n.º 231/2002, publicada no DR n.º 170, II Série – B, de 25 de julho. Na altura da sua elaboração este teve como objetivos:

- a) Concretizar uma política de ordenamento do território, que garanta as condições para um desenvolvimento socioeconómico equilibrado;
- b) Definir princípios e classificar espaços em função do uso dominante e da ocupação e transformação do solo que consagrem uma utilização racional dos espaços;
- c) Promover uma gestão criteriosa dos recursos naturais, salvaguardar os valores naturais e culturais da área do município e garantir a melhoria da qualidade de vida das populações.

2.3 ARTICULAÇÃO DA AAE COM OS OBJETIVOS DA REVISÃO DO PDM DA BATALHA

Segundo Partidário (2007, pp. 38), o “objeto de avaliação em AAE deve-se identificar com os objetivos e as grandes opções estratégicas consideradas num processo de planeamento ou programação”. No presente processo de AAE o objeto de avaliação é o Plano Diretor Municipal da Batalha, mais concretamente a sua proposta de revisão, sendo avaliadas as estratégias de desenvolvimento e as opções que traduzem os objetivos considerados para o plano.

O PDM tem como objetivo estabelecer a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal, garantindo a necessária integração e articulação com orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional. O

modelo de organização espacial do território municipal tem tradução, em concreto, na classificação e a qualificação do solo e respetivas normas regulamentares.

Neste contexto, a AAE da RPDM-Batalha, para além de considerar os objetivos estratégicos delimitados em diversos documentos, baseia-se nos estudos de diagnóstico realizados no âmbito do processo de RPDM-Batalha, no Plano Municipal de Emergência, no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, na Agenda 21, na Carta Educativa, Rede Social da Batalha, Plano de Ação – Programa Estratégico Região Leiria 2020 e no Plano Setorial da Rede Natura 2000.

3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

3.1 METODOLOGIA

A AAE é entendida como a “identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa” (art.º 2.º do RJAAE). É um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, oferecendo uma perspetiva transversal e promovendo uma abordagem estratégica, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais, sociais e económicos nessa mesma decisão. Tem um carácter contínuo e sistemático, contribuindo para a “adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano” (RJAAE).

Com a AAE da RPDM-Batalha pretende-se reforçar a incorporação de questões ambientais, sociais e económicas na estratégia do PDM, potenciando os impactes positivos e minimizando os negativos, através da definição de recomendações e estabelecendo medidas de monitorização, que permitam aferir e reajustar os efeitos resultantes da implementação da proposta da RPDM-Batalha.

Para o processo de AAE da RPDM-Batalha propunha-se a distinção de quatro fases distintas:

- Etapa A: Definição do âmbito;
- Etapa B: Análise Estratégica dos Efeitos Significativos e Alternativas;
- Etapa C: Consulta Pública, aprovação do Plano e do RA e emissão da Declaração Ambiental;
- Etapa D: Seguimento e Monitorização da AAE.

Com o conteúdo discriminado no Quadro 1:

Quadro 1: Descrição das tarefas desenvolvidas em cada etapa e correspondente concretização

ETAPA	DESCRIÇÃO	CONCRETIZAÇÃO
A	Foram definidos os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), identificaram-se os critérios e selecionaram-se os indicadores que estabelecem o alcance do nível de pormenorização a incluir no RA.	Esta etapa do processo traduziu-se na apresentação do Relatório de Definição de Âmbito.
	Recolha, sistematização e organização da informação de base e elaboração da cartografia de apoio necessária para o processo de AAE.	
	Em conjunto com os FCD, foram estipulados um conjunto de critérios, tendo em consideração as especificidades da área de intervenção e o âmbito do plano.	

ETAPA	DESCRIÇÃO	CONCRETIZAÇÃO
B	Conjunto de estudos técnicos com os FCD definidos, avaliando-se os diferentes cenários e definindo-se as oportunidades e riscos resultantes da implementação da RPDM-Batalha.	Os trabalhos conducentes à concretização desta fase iniciaram-se em junho de 2009 e foram concretizados com a apresentação do RA, apresentado a abril de 2014.
	Avaliam-se as opções estratégicas consideradas na revisão do plano e definem-se um conjunto de recomendações que potenciarão os impactes positivos e minimizarão os negativos, definindo-se um programa de monitorização.	
C	Legitimação da proposta do plano e o RA a submissão de consulta pública, onde serão também incluídos os resultados da ponderação da consulta, seguido da aprovação e publicação do plano.	A concretizar.
	A DA é elaborada na fase posterior à aprovação da proposta de revisão do plano e a sua publicação em Diário da República.	
D	É dada sequência a um plano de monitorização que deverá acompanhar a implementação do plano.	A concretizar.

3.2 DEFINIÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

A AAE da RPDM-Batalha baseou-se nos fatores considerados como críticos para a decisão. A seleção destes fatores críticos resultou da análise integrada de:

- Quadro de Referência Estratégico (QRE);
- Fatores Ambientais, definidos no RJAAE;
- Questões Estratégicas (QE) do Plano.

3.2.1 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE)

Neste domínio foram identificados e analisados os instrumentos de ordenamento do território, de âmbito nacional, regional e local que estabelecem os objetivos e/ou metas de sustentabilidade e que enquadram estrategicamente o plano. Estes estão identificados no Quadro 2, ressalvando-se que não se trata de uma lista exaustiva de todos os planos e/ou programas que podem enquadrar o PDM da Batalha, mas apenas aqueles que apresentam objetivos e/ou metas relevantes para o concelho e que se adequam à escala e ao âmbito de um Plano Diretor Municipal.

Quadro 2: Quadro de Referência Estratégico do PDM da Batalha

ÂMBITO	INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Nacional	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e de Biodiversidade (ENCNB)
	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
	Estratégia Nacional de Efluentes Agro Pecuários e Industriais (ENEAPI)
	Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)
	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II)
	Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)
	Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2015 (PERSU II)
	Plano Nacional da Água (PNA)
	Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)
	Plano Nacional de Ação de Ambiente e Saúde (PNAAS)
	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE)
	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)
	Plano Rodoviário Nacional (PRN)
	Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN)
	Programa Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (PNDR)
	Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
	Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)
	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)
Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)	
Regional	Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (PGBH Vouga, Mondego e Lis)
	Plano de Gestão a Bacia Hidrográfica do Rio Tejo (PGBH-T)
	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF-CL)
	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C, em elaboração)
Municipal	Agenda 21 Local da Batalha (A21 Batalha)

3.2.2 QUESTÕES ESTRATÉGICAS (QE)

A identificação das questões estratégicas tem como objetivo definir as intenções e o alcance do plano e perceber qual o seu potencial estratégico e as suas implicações ambientais. Estas são consideradas elementos estruturantes que permitem descrever quais são os principais objetivos da RPDM-Batalha e que contribuem para a definição dos FCD.

Sob a dimensão da visão de futuro delimitada pelo Plano Estratégico da Alta Estremadura (PEAE), de 2003, “Batalha Terra do Mosteiro Património da Humanidade; Concelho de múltiplas vocações: indústria da cerâmica decorativa e industrial, agricultura e vidro (Vale do Lena), confeção (S. Mamede e

Reguengo do Fétal) e turismo (Batalha), transcrevem-se as opções estratégicas para o concelho da Batalha definidas pelo PEAE e descritas no relatório da proposta da RPDM-Batalha:

- a) “Dar prioridade às áreas imediatamente contíguas aos espaços já edificados e infraestruturados;
- b) Programar e estruturar, nomeadamente as infraestruturas, as áreas habitacionais, os serviços, o comércio, a indústria e turismo, os espaços verdes e os equipamentos de utilização coletiva, promovendo situações de continuidade urbana;
- c) Integrar convenientemente os espaços verdes e os espaços de uso especial, assim como os troços de vias;
- d) Incentivar a criação de novos espaços verdes na sequência da elaboração de novos planos de pormenor, de operações de loteamento e de unidades de execução;
- e) Integrar as linhas de água e situações de potencial paisagístico e ambiental, valorizando-as enquanto elementos da estrutura ecológica;
- f) Manter, sempre que possível, a morfologia do terreno para minorar os volumes de aterro e escavação;
- g) Valorizar a componente natural e a preservação das espécies autóctones e introdução de vegetação;
- h) Definir malhas viárias coerentes e devidamente estruturadas, corretamente articuladas com a rede viária existente, garantindo a ligação das novas vias a pelo menos duas vias existentes, promovendo soluções de continuidade e fluidez;
- i) Enquadrar devidamente os traçados da rede viária, diminuindo os impactos negativos que por vezes estas infraestruturas representam para a paisagem urbana, nomeadamente ao nível do conforto visual e sonoro, e atenuando os efeitos de barreira;
- j) Contemplar as soluções adequadas à melhoria da acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada ao meio edificado e aos transportes públicos;
- k) Contribuir para a mobilidade sustentável, promovendo o respeito pelos parâmetros genéricos das infraestruturas e criando corredores e estruturas de suporte aos modos suaves de transporte.”

Ponderando os objetivos apresentados anteriormente, considera-se que as QE da RPDM-Batalha baseiam-se em três eixos fundamentais, que se desdobra em sete programas e várias ações que visam a territorialização das opções estratégias definidas, nomeadamente;

1. Valorização e sustentação territorial;
2. Dinamização e modernização da base económica;
3. Melhoria da qualidade e das condições de bem-estar social.

3.2.3 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)

Os FCD constituem um esqueleto estruturante da AAE e procuram, essencialmente, apontar para aspetos críticos da situação existente e tendencial, relevantes e de destaque para o processo de desenvolvimento e a sustentabilidade. Assim pretende-se avaliar como é que as estratégias do PDM podem dar resposta a estes aspetos críticos.

Os FCD identificados para o presente processo da AAE resultam da análise da interação do QRE, das QE preconizadas na elaboração da RPDM-Batalha e dos FA importantes para o plano. Os FCD considerados são aqueles que podem causar eventuais efeitos significativos (positivos e/ou negativos), resultantes da aplicação do plano e sobre os quais a AAE se deve debruçar, e asseguram o tratamento das QE exigidas no RJAEE.

Assim, no caso da RPDM-Batalha são propostos cinco FCD que a seguir se apresentam, sendo ainda evidenciada a abordagem utilizada para a definição dos FCD (Quadro 3).

Para cada FCD identificaram-se um conjunto de critérios e os seus objetivos de sustentabilidade, que vão permitir que se perspetive uma tendência de evolução associada a cada FCD. Os critérios apresentados refletem já o acolhimento do parecer da CCDR-C (quadro).

Quadro 3: Análise Integrada e Justificação dos FCD

QRE	QE	FA	FCD	JUSTIFICAÇÃO
PNPOT ENDS Portugal 2020 PNDI ENF PROT-C PNA PROF-C PNAC	Valorização e Sustentação Territorial	Alterações Climáticas; População; Bens Materiais;	Riscos Naturais e Tecnológicos	Garantir a adoção de medidas de prevenção e/ou de minimização dos efeitos que advêm dos Riscos Naturais e Tecnológicos para a população, bens e para a sustentabilidade do território.
PNPOT ENDS Portugal 2020 PNAAS ENF PGBH Vouga, Mondego e Lis PSRN PGBH-T ENCNB PROT-C PNA PROF-C PNAC	Valorização e Sustentação Territorial	Biodiversidade; Flora; Fauna; Água; Solo; Saúde Humana; Paisagem;	Recursos Naturais	Garantir a salvaguarda dos ecossistemas de maior fragilidade ecológica, promover a biodiversidade e proteger os recursos hídricos, potenciando os recursos naturais presentes no concelho.
PNPOT ENDS Portugal 2020 PERSU PROT-C PNAEE PRN PNDR PEAASAR PNA PNAAS PNUEA	Valorização e Sustentação Territorial Melhoria da Equidade e das Condições de Bem-Estar	População; Saúde Humana; Uso do Solo; Bens Materiais; Atmosfera;	População	Melhorar o sistema urbano existente criando condições para aumentar a qualidade de vida no concelho.
PNPOT ENDS Portugal 2020 PNDR ENEAPAI PROT-C	Dinamização e Modernização da Base Económica;	População; Solo; Património Cultural e Natural; Atmosfera;	Atividades Económicas	Aumentar as atividades económicas, potenciar a atividade turística no concelho e reforçar a sua posição no contexto do sistema territorial e urbano da Alta Estremadura e, em especial, na conurbação urbana “Marinha Grande/Leiria/Batalha”.
PNPOT ENDS Portugal 2020 PENT PROT-C PNTN	Dinamização e Modernização da Base Económica;	Património Cultural; Paisagem;	Património Cultural	Potenciar o turismo aliado à promoção e conservação do património cultural existente.

Quadro 4: Identificação dos Critérios e Objetivos, por FCD

FCD	CRITÉRIO	OBJETIVO
Riscos Naturais e Tecnológicos	Cheias e Inundações	Prevenir e reduzir o risco de inundação, garantindo a segurança de pessoas e bens, através de um correto ordenamento do território nas áreas de risco restringindo a edificação e controlando a impermeabilização e erosão dos solos.
	Movimento de Vertentes	Restringir a edificação e a construção de infraestruturas em áreas de instabilidade de vertentes;
	Incêndios	Prevenir e reduzir o risco de incêndio florestal/urbano e impedir a expansão urbana em áreas com perigosidade elevada, garantindo a segurança de pessoas e bens.
	Indústrias Perigosas	Assegurar a segurança de pessoas e bens relativamente à localização de indústrias perigosas e diminuir o atravessamento de veículos de transporte de matérias perigosas nas zonas urbanas e de grande valor ambiental.
	Sismo	Assegurar a segurança de pessoas e bens relativamente à ocorrência de sismos.
Recursos Naturais	Biodiversidade	Proteger e promover a diversidade biológica e garantir a existência de um <i>continuum naturale</i> no concelho.
	Florestas	Ordenar e qualificar o espaço florestal.
	Recursos Hídricos	Proteger os leitos dos cursos de água e as suas margens e salvaguardar a formação cársica de Dogger, atendendo à sua importância/vulnerabilidade (aquíferos).
População	Espaços Verdes, Desportivos e de Lazer para Utilização Coletiva	Garantir a criação de espaços verdes de proximidade e de equipamentos de utilização coletiva, aumentando a qualidade das áreas urbanas existentes ou propostas e assegurar o acesso aos espaços públicos de utilização coletiva.
	Parque Escolar	Assegurar o enquadramento dos parques escolares garantindo a melhoria da sua qualidade e conforto.
	Estrutura Urbana	Conter a expansão urbana ao longo das vias, privilegiando um modelo de desenvolvimento policêntrico.
	Infraestruturas Urbanas	Acautelar a qualidade da água para o consumo humano garantindo a salvaguarda dos perímetros de captação de água para abastecimento público, assim como a qualidade das redes de distribuição.
	Rede Viária	Estabelecer uma rede viária estruturante, coerente e adequada que permita diminuir a intensidade média de tráfego em locais problemáticos do concelho e aumentar a oferta do sistema de transporte coletivo; Minimizar o efeito barreira e a interferência/atravessamento nas unidades de paisagem das grandes rodovias.
Atividades Económicas	Áreas Industriais/Empresariais	Promover o desenvolvimento local, minimizando os impactes ambientais e diminuir o atravessamento de veículos de transporte de matérias perigosas em zonas urbanas ou de grande valor ambiental.
	Exploração de Massas Minerais	Minimizar os conflitos com outros usos.
	Turismo	Dinamizar o Turismo no concelho através da valorização do património cultural, da promoção do artesanato concelhio e do incremento do Turismo de Natureza, garantindo a salvaguarda do património natural.
	Agricultura	Valorizar a atividade agrícola no concelho, garantindo a preservação do recurso solo e garantir o tratamento dos efluentes provenientes

FCD	CRITÉRIO	OBJETIVO
		da atividade suinícola os resultantes da produção de azeite.
Património Cultural	Património Arquitetónico e Arqueológico	Proteger e valorizar o Património Arquitetónico e Arqueológico.

3.3 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS EFEITOS SIGNIFICATIVOS POR FCD

3.3.1 FCD RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas

As principais tendências negativas associadas ao FCD “Riscos Naturais e Tecnológicos” prendem-se com a possibilidade de construção nas zonas ameaçadas por cheias, ausência de medidas para regulamentar a construção de edificações e de infraestruturas viárias em vertentes com risco, e potencial aumento do risco de acidente com transporte de matérias perigosas devido ao futuro crescimento da atividade industrial e ao aumento da rede viária no concelho.

Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável

As áreas de risco ao uso do solo e as zonas ameaçadas pelas cheias identificadas na revisão da REN são delimitadas na Planta de Ordenamento – Salvaguardas e Execução, sendo assim salvaguardadas quaisquer intenções de novas edificações mesmo que, na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo da revisão do PDM, estas áreas se enquadrem em solo urbano. Considera-se assim que a RPDM-Batalha melhora os níveis de salvaguarda, tanto ao nível do zonamento das áreas ameaçadas, como ao nível das normas regulamentares que enquadram as questões ligadas à edificação ou à não edificação em áreas de risco de cheia, salvaguardando assim a sustentabilidade do ciclo hidrológico e garantindo a segurança da população e dos seus bens.

Os terrenos percorridos por incêndios florestais são demarcados na proposta de revisão, nos quais a sua ocupação está sujeita aos condicionalismos legais aplicáveis, incluindo a proibição de construção de novos edifícios, nos casos previstos na legislação vigente, de acordo com os usos para estes pretendidos (Artigo 84.º da proposta de Regulamento).

A suscetibilidade sísmica elevada em que o território concelhio se insere é considerada na proposta de ordenamento, sendo ainda assinaladas as zonas identificadas com suscetibilidade sísmica elevada. Nestas zonas é condicionada, através de disposições regulamentares, a edificação através da aplicação das boas regras de construção, incutindo-se assim a consciencialização da problemática em questão e contribuindo para a prevenção de eventuais danos futuros para a população e bens.

Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável

Tendo a erosão sido considerada como um dos principais problemas que afeta o equilíbrio dos ecossistemas presentes nas Serras de Aire e Candeeiros, poderiam ter sido definidas normas restritivas que assegurem a manutenção do equilíbrio ecológico, nomeadamente referentes às áreas florestais, sendo estas os principais sistemas de proteção do solo. A não consideração, na proposta do plano, de medidas de proteção do solo e prevenção do risco de erosão afigura-se como um aspeto com potenciais efeitos negativos para o território concelhio da Batalha.

Constata-se ainda que podem ocorrer efeitos negativos decorrentes do abandono das áreas florestais/agrícolas com graves problemas de erosão do solo e a sua consequente degradação paisagística e ambiental.

O risco associado à instalação de indústrias perigosas e ao transporte de matérias perigosas aumentará, com a RPDM-Batalha, pois prevê-se uma expansão das zonas industriais do concelho e uma melhoria das acessibilidades, o que contribuirá para um aumento do número de veículos pesados a circular neste território. O atravessamento de aglomerados por veículos que transportem mercadorias perigosas não é objeto de nenhum condicionamento, de modo a minimizar as consequências nefastas para a população em caso de acidente.

O elevado risco de derrame de substâncias nocivas para a água e para o solo, devido à existência de uma vasta área do concelho com suscetibilidade elevada de contaminação de aquíferos (devido às características geológicas da região, onde a infiltração dos poluentes se dá de uma forma muito rápida), justifica a necessidade de se definirem medidas de prevenção acrescidas, sobretudo quando são propostas áreas de expansão de espaços de atividades económicas sobre as mesmas.

3.3.2 FCD RECURSOS NATURAIS

Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas

A degradação dos recursos naturais do concelho e a consequente perda acentuada de biodiversidade, a ausência de medidas que garantam a preservação do *continuum naturale* e a proteção do caráter da paisagem, o incorreto ordenamento e qualificação do espaço florestal e a inexistência de medidas de

proteção dos leitos dos cursos de água e das suas margens, representam tendências negativas verificadas no concelho da Batalha, associadas ao FCD “Recursos Naturais”.

Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável

Os “Espaços Naturais” integram as áreas com maior sensibilidade do concelho (os habitats do Sítio das Serras de Aire e Candeeiros, leitos dos cursos de água, espelho da falha de Reguengo do Fétal e Perímetro Florestal da Serra de Candeeiros), de modo a salvaguardar as suas características essenciais, devido ao seu elevado valor ecológico e paisagístico, devendo ser prevenidas degradações ambientais e minimizados os fatores de perturbação que põem em causa o equilíbrio ecológico destes habitats. Esta categoria do uso do solo foi ainda dividida em duas subcategorias (Áreas Naturais de Tipo I e Áreas Naturais de Tipo II), atendendo às diferentes sensibilidades ecológicas presentes no concelho.

A EEM está integrada na Planta de Ordenamento, sobrepondo-se à classificação do solo, onde se aplica o regime das categorias e subcategorias de espaços e cumulativamente se aplicam as restrições inerentes à proteção e salvaguarda das características ecológicas existentes, dispostas no art.º 75.º do Regulamento da Proposta.

Definição de uma categoria de espaço para as áreas florestais, indicando quais as áreas vocacionadas para uma ocupação florestal com objetivos de conservação (“Áreas Florestais de Conservação”) e quais as áreas vocacionadas com a ocupação florestal com objetivos de produção (“Áreas Florestais de Produção”). As “Áreas Florestais de Produção” estão condicionadas a formas de produção silvícola compatíveis com a conservação de espécies e habitats (n.º 3.º do art.º 21.º do Regulamento RPDM) e, por sua vez, nas “Áreas Florestais de Conservação” será privilegiada a exploração intensiva, tendo presente as normas silvícolas de produção do PROF-CL, com o objetivo do ordenamento florestal e compatibilização com a proteção das áreas de maior sensibilidade ecológica, nomeadamente as galerias ripícolas e os elementos arbóreos e arbustivos de espécies autóctones existentes.

Os recursos hídricos são representados na carta de condicionantes, representando assim uma condicionante ao uso do solo. Os leitos dos cursos de água constantes na REN são ainda integrados na proposta de ordenamento na categoria de “Espaços Naturais”, mais concretamente na subcategoria “Áreas Naturais do tipo I”. Deste modo, é reconhecida a importância dos recursos hídricos enquanto sistema estruturante e fundamental para a sustentabilidade do território.

Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável

Face aos aquíferos presentes no concelho e dada a importância que estes assumem, considera-se que deveriam ter sido estabelecidas mais medidas para garantir a sua proteção, além do disposto na legislação em vigor, estabelecendo diretrizes para uma gestão conjunta e integrada pelos vários municípios da região.

3.3.3 FCD POPULAÇÃO

Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas

As principais tendências negativas referentes ao FCD “População” incluem um sistema urbano desajustado, a existência de debilidades em termos de infraestruturas e a falta de tratamento dos efluentes resultantes da suinicultura, dos lagares de azeite e da cooperativa vinícola. O facto de não haver uma garantia da permanência dos espaços destinados a uma utilização coletiva por parte da população e, em termos de rede viária, de não ser estabelecida uma rede de ligações ao exterior, bem como a não obtenção de uma hierarquização funcional, também constituem tendências negativas associadas a este FCD.

Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável

As áreas verdes urbanas são integradas nos sistemas de corredores ecológicos, permitindo a integração do meio urbano com um meio rural de forma fluída e proporcionando a melhoria do ambiente urbano e da qualidade de vida. Face ao exposto, considera-se que a criação de espaços verdes de proximidade e a requalificação dos equipamentos de utilização coletiva existentes constituem um efeito positivo a curto/médio prazo.

A RPDM-Batalha, ao distinguir as áreas urbanizadas das áreas cuja urbanização é possível programar, contribui para a promoção da compactação das estruturas urbanas existentes, fomentando o fim da ocupação dispersa. Constata-se ainda que a referida proposta promove o aumento do índice de população servida pelo sistema de saneamento e tratamento de águas residuais e o aumento da mobilidade e da acessibilidade, através de novas vias, pedonais e cicláveis.

A gradual implementação do Plano Rodoviário Nacional (PRN) 2000 e a reclassificação da rede viária de acordo com o estabelecido neste plano, aliados à pretensão de construir novas vias ou beneficiar as existentes, com o intuito de melhorar a rede viária e a oferta de transporte e, conseqüentemente, a mobilidade e acessibilidade do concelho, constituem aspetos positivos da presente proposta do plano, relativos à rede viária. A hierarquização da rede viária contribui para o aumento da eficiência das infraestruturas existentes e previstas, facilitando o acesso e a mobilidade das pessoas. É ainda indicada a pretensão da elaboração do Plano de Sinalização Urbana, por forma a corrigir a situação apontada relativamente à fraca sinalização, assim como a elaboração de Planos de Mobilidade.

Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável

Apesar de a proposta reconhecer a necessidade de salvaguardar convenientemente os locais de maior vulnerabilidade dos aquíferos, essencialmente nas freguesias de Reguengo do Fétal, S. Mamede e Batalha, não são referidas quaisquer medidas para garantir a salvaguarda destes. Os efluentes domésticos são uma das maiores fontes de poluição dos cursos de água, pelo que, face ao estipulado na Lei n.º 58/2008, de 29 de dezembro, os recursos hídricos devem ser especialmente protegidos contra a poluição, de modo a salvaguardar a sua qualidade e dos ecossistemas, bem como a segurança das pessoas e bens, essencial para garantir a qualidade de vida destas. Assim, de modo a que haja um equilibrado desenvolvimento do concelho, considera-se que todos os aglomerados, incluindo os mais isolados, devem dispor da recolha e tratamento primário dos efluentes.

A garantia do acesso aos vários equipamentos escolares e a sua inserção nos aglomerados urbanos constituem aspetos positivos, contribuindo-se para que a população disponha de melhores condições. No entanto, poderiam ter sido estabelecidas medidas regulamentares ao nível do enquadramento dos espaços públicos exteriores, nas áreas de proximidade dos estabelecimentos de ensino.

3.3.4 FCD ATIVIDADES ECONÓMICAS

Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas

A inexistência de condições mínimas que garantam a minimização dos impactes ambientais que advenham da instalação de novas indústrias, o crescente abandono das práticas agrícolas, as debilidades em termos da oferta de alojamento, as disfunções ambientais resultantes da agricultura, a , presença de

depósitos de lixos/entulhos e de sucatas em algumas estradas e caminhos do concelho constituem as principais tendências negativas associadas ao FCD “Atividades Económicas”.

Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável

A criação de novas zonas industriais, a ampliação das zonas já presentes e a identificação de indústrias existentes que não estavam identificadas no PDM vigente originou um aumento da área disponível para as atividades económicas face ao PDM vigente. O aumento das áreas industriais permitirá assim potenciar o desenvolvimento industrial/empresarial do concelho, criando condições para o aumento da economia concelhia e incrementando o desenvolvimento local.

A elaboração de uma alteração ao Plano de Pormenor (PP) da Zona Industrial Concelhia da Batalha e a execução das unidades operativas de planeamento e gestão estabelecidas para a Área de Localização Empresarial da Batalha (Norte e Sul) e Zona Industrial de São Mamede constitui um efeito positivo significativo a longo prazo. Os objetivos destas UOPG já se encontram definidos, passando sobretudo pelo estabelecimento de regras e orientações para a ocupação, uso e transformação do solo de forma a promover uma ocupação estruturada que garanta a instalação das novas atividades económicas e infraestruturas necessárias às necessidades previstas. Para cada UOPG é definido índices de utilização de acordo com as características existentes.

As condições para o Turismo de Natureza são potenciadas na RPDM-Batalha, havendo uma valorização das áreas com características paisagísticas e naturais do concelho. A consideração, como opção estratégica para o concelho, do incremento de ações de recuperação e comercialização do valioso artesanato concelhio, aproveitando os contributos da Escola Profissional de Artes e Ofícios Tradicionais da Batalha e da Feira de Artesanato e Gastronomia constituem aspetos positivos da presente proposta de revisão no âmbito do turismo.

A RPDM-Batalha procede à definição de uma categoria de espaço para as áreas agrícolas (“Espaços Agrícolas”), sendo também estabelecidas as regras de ocupação e gestão destes espaços e, consequentemente, quais os usos compatíveis com estes.

Outro aspeto positivo decorrente da revisão do plano prende-se com o facto de não ser prevista a delimitação de nenhuma Área de Exploração Complementar dentro do perímetro da Rede Natura 2000 e, nas situações em que estas venham a existir, tal não irá ocorrer dentro das áreas abrangidas pela Rede Natura 2000. Outra premissa importante da presente revisão do PDM é a interdição da exploração de massas minerais em Áreas Naturais de tipo I e de tipo II.

Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável

Considerando que os espaços de e para atividades económicas se localizam maioritariamente nos limites dos perímetros urbanos, poderiam ter sido estabelecidas restrições para melhorar a qualidade ambiental destas áreas e para condicionar o atravessamento dos aglomerados urbanos, de modo a garantir a qualidade de vida no concelho.

Relativamente às disfunções ambientais, resultantes da agricultura e identificadas no Relatório de Análise e Diagnóstico, crê-se que a presente proposta de revisão apresenta-se omissa quanto às medidas a adotar para prevenir e melhorar a qualidade ambiental nas referidas atividades. Embora não seja do âmbito do PDM a definição destas medidas, considera-se que a proposta do plano poderia ser clara relativamente à opção de desenvolvimento do concelho, servindo de apoio à futura definição das medidas a aplicar.

A tendência de abandono dos espaços agrícolas constitui uma ameaça à conservação e à preservação ambiental destes espaços, situação que pode ser agravada caso não sejam criadas alternativas à utilização destes espaços diferentes da atividade primária, perspetivando-se assim a ocorrência de efeitos negativos no território.

Reconhece-se também que podem ocorrer impactos significativos decorrentes do aumento das zonas construídas e das zonas impermeabilizadas com consequência ao nível da poluição hídrica.

3.3.5 FCD PATRIMÓNIO CULTURAL

Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas

No que concerne ao “Património Cultural”, as principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas referem-se ao facto de existirem alguns imóveis que não têm sido devidamente valorizados, não permitindo um desenvolvimento equilibrado, sustentado e harmonioso dos aglomerados com a salvaguarda do seu património.

Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável

A proposta de RPDM-Batalha tem como objetivo valorizar e proteger o seu património arquitetónico e arqueológico, considerando que este deve “ser objeto de especial cuidado através de ações de recuperação – renovação e arranjos exteriores” (Relatório do Plano, 2014, pp. 132) e ser garantida a harmonia das novas construções, sem ser obrigatório o recurso a tecnologias e linguagens tradicionais. Neste sentido, são definidas, a nível do relatório da proposta, medidas que visam garantir a salvaguarda do património, através de ações de reabilitação dos espaços urbanos e edifícios quando necessário, apoio aos proprietários na reabilitação dos seus imóveis, emissão de pareceres tão completos quanto possível e acompanhamento dos proprietários durante os licenciamentos e elaboração de orientações municipais para as novas construções e para as recuperações de edifícios, sempre que se afigure necessário.

O património classificado e em vias de classificação e o património arqueológico foram identificados na Planta de Ordenamento, de modo a garantir a sua proteção e salvaguarda.

Aliada à estratégia turística da Batalha, antevê-se que haverá uma valorização e proteção do património cultural do concelho.

Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável

Apesar de, na Planta de Ordenamento, se encontrarem classificados os elementos relativos ao Património Classificado e em Vias de Classificação, bem como o Património Arqueológico, e, apesar de constituir uma opção do Município, considera-se que certamente haverá outros Imóveis com Interesse e Conjuntos Notáveis que também deveriam ter sido incluídos, de modo a garantir a sua preservação.

4. PLANO DE MONITORIZAÇÃO

É estabelecido no artigo 11.º do RJAAE que “as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos previstos”. Além disso, o DL n.º 380/99, de 22 de setembro, com a nova redação dada pelo DL n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, no art.º 144.º prevê a “permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos mesmos, bem como (...) dos efeitos significativos da sua execução no ambiente, de forma a identificar os efeitos negativos imprevistos e aplicar as necessárias medidas corretivas”.

A avaliação deve ainda ter uma periodicidade bianual e traduzir “o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial o objeto de avaliação, bem como os níveis de coordenação interna e externa obtido” (art.º 146.º do DL n.º 46/2009). Embora a periodicidade dos relatórios de avaliação no âmbito da política de ordenamento do território seja bianual, está previsto, pelo art.º 11.º do RJAAE, que os “resultados de controlo são divulgados (...) através dos meios eletrónicos e atualizados com uma periodicidade mínima anual”. Fica assim estabelecido o acompanhamento permanente da execução do plano, tão importante para “trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, e para poder continuar a assegurar o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e de sustentabilidade no processo de decisão” (Partidário, 2007, pp. 25).

Na monitorização do plano (Fase de Seguimento) a utilização de indicadores é uma ferramenta essencial na gestão e avaliação das opções tomadas, permitindo monitorizar os impactes estratégicos resultantes da implementação das opções estratégicas e das medidas da RPDM-Batalha. A definição dos indicadores teve em consideração a necessidade de estes serem quantificáveis, permitindo o controlo ambiental da execução do plano. Estes foram estabelecidos de modo a permitirem realizar a análise e avaliação ambiental de cada FCD, tendo, contudo, sido introduzidos outros que se consideram importantes para realizar a monitorização ambiental do plano. A seleção dos indicadores teve por base o guia “Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS Portugal”, publicado pela APA, garantindo a disponibilidade de informação de base nesta fase.

O Plano de Monitorização deve ser integrado no Programa de Execução, da revisão do PDM, de modo a que fique estabelecida a construção de um sistema permanente de recolha, tratamento e análise das variáveis de controlo, permitindo compreender as tendências de evolução ao longo da vigência do Plano. O Plano de Monitorização estrutura-se num conjunto de indicadores que assegurarão a avaliação da evolução da implementação do plano em termos de efeitos ambientais, como se pode observar nos quadros seguintes.

Quadro 5: Indicadores de Seguimento para o FCD “Riscos Naturais e Tecnológicos”

FCD	CRITÉRIO	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	TENDÊNCIA/META
Riscos Naturais e Tecnológicos	Inundações	Área inundada	m ²	Anual	ANPC CMB	Não aplicável
		Quantificação dos danos materiais e humanos, provocados por inundações	€	Anual	CMB ANPC	Não aplicável
		Área com vulnerabilidade à ocorrência de inundação	Hectares	Quinquenal	ANPC	Não aplicável
		Novos edifícios em áreas com risco de inundação	N.º	Anual	CMB	Reduzir/Anular
		Recuperação de edifícios em áreas com risco de inundação	N.º	Anual	CMB	Aumentar/intensificar
	Instabilização de Vertentes	N.º de ocorrências	Nº	Anual	ANPC	Reduzir/Anular
		Quantificação dos danos materiais e humanos, provocados por movimento de massa	€	Anual	CMB ANPC	Não aplicável
		Vias de circulação cortadas por este tipo de ocorrência	N.º de cortes de via	Anual	CMB	Reduzir/Anular
	Incêndios	Incêndios Florestais	% Área Ardida	Anual	ICNF	Reduzir/Anular
		Quantificação dos danos materiais e humanos, incluindo perdas nos povoamentos	€	Anual	CMB ICNF ANPC	Não aplicável
		Área Florestal ardida recuperada ¹ ou requalificada ambientalmente ²	Hectares	Anual	ICNF CMB	Aumentar/Intensificar
	Indústrias Perigosas	N.º de ocorrências em Espaços Industriais	Nº	Anual	ANPC	Reduzir/Anular
		N.º de Indústrias perigosas	Nº	Anual	CMB	Reduzir/Anular
		N.º de acidentes rodoviários envolvendo o transporte de resíduos perigosos	N.º	Anual	ANPC;	Reduzir/Anular
	Sismo	Quantificação dos danos materiais e humanos, provocados por sismos	€	Anual	ANPC	Não aplicável

¹ “Área Florestal Ardida Recuperada”: Estabelecimento do potencial produtivo com o planeamento de uma floresta de produção.

² “Área Florestal Ardida Requalificada Ambientalmente”: Estabelecimento de uma floresta de proteção, promovendo a biodiversidade florística e faunística e garantindo uma gestão sustentável dos recursos florestais.

FCD	CRITÉRIO	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	TENDÊNCIA/META
		N.º de ocorrências	Nº	Anual	ANPC	Reduzir/Anular

Quadro 6: Indicadores de Seguimento para o FCD “Riscos Naturais”

FCD	CRITÉRIO	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	TENDÊNCIA/META
Recursos Naturais	Biodiversidade	Planos de Gestão para as Áreas Classificadas	N.º	Bienal	ICNF	Não aplicável
		Espécies faunísticas e florísticas ameaçadas e protegidas	N.º	Anual	ICNF	Não aplicável
		Espécies Endémicas	N.º	Anual	ICNF	Não aplicável
		Licenciamentos em áreas RN2000	N.º	Anual	ICNF CMB	Reduzir/Anular
		Área de Infestação com espécies exóticas invasoras	Hectares	Anual	ICNF	Reduzir/Anular
		Ações de controlo de espécies exóticas invasoras	N.º	Anual	ICNB	Aumentar/Intensificar
	Florestas	% da área do concelho com Plano de Gestão Florestal	%	Anual	ICNF	Não aplicável
		Regime florestal	ha	Quinquenal	ICNF CMB	Não aplicável
		Percentagem de REN com ocupação compatível	%	Bienal	CMB	Não aplicável
		Floresta ocupada por povoamentos mistos de autóctones	ha	Bienal	ICNF	Aumentar/Intensificar
	Recursos Hídricos	Investimento Público no ordenamento das margens dos cursos de água	€	Anual	CMB	Aumentar/Intensificar
		Qualidade das águas superficiais e subterrâneas	N.º de análises com valores superiores aos admitidos	Anual	APA CCDR-C	Aumentar/Intensificar
		Linhas de água artificializadas e renaturalizadas	Km	Anual	CMB	Não aplicável
		Áreas de infiltração máxima (REN)	Hectares	Bienal	CMB	Aumentar/Intensificar

Quadro 7: Indicadores de Seguimento para o FCD “População”

FCD	CRITÉRIO	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	TENDÊNCIA/META
População	Espaços Verdes, Desportivos e de Lazer para Utilização Coletiva	Capitação de Espaços Verdes Públicos	m ² /hab	Anual	CMB	Aumentar/Intensificar
		N.º de Intervenções nos Espaços Verdes Públicos Existentes	N.º	Anual	CMB	Aumentar/Intensificar
		Espaços Verdes Criados	N.º Tipologia de Espaço	Quinquenal	CMB	Aumentar/Intensificar
		Capitação de Equipamentos Desportivos e de Lazer	m ² /hab	Anual	CMB	Aumentar/Intensificar
		N.º de Intervenções nos Equipamentos Desportivos e de Lazer	N.º	Anual	CMB	Aumentar/Intensificar
		Equipamentos Desportivos e de Lazer criados	N.º Tipologia de Espaço	Quinquenal	CMB	Aumentar/Intensificar
		Taxa de ocupação dos equipamentos	%	Anual	CMB	Não aplicável
		Medidas de minimização de poluição sonora e relativas a recetores expostos ao ruído implementadas.	%	Bienal	CMB	Aumentar/Intensificar
		População exposta a níveis sonoros superiores aos valores limite de exposição previstos no Regulamento Geral do Ruído	%	Anual	CMB	Reduzir/Anular
	Parque Escolar	Investimento no Parque Escolar	€	Bienal	CMB	Aumentar/Intensificar
		População Escolar	N.º	Anual	CMB	Não aplicável
		Espaços Verdes Públicos e Equipamentos de Utilização Coletiva na proximidade dos Estabelecimentos de Ensino	N.º	Anual	CMB	Aumentar/Intensificar
	Estrutura Urbana	Estrutura Ecológica Municipal, por Tipologia de Ocupação/Uso	Hectares	Quinquenal	CMB	Não aplicável
		População Ativa por sector de atividade	N.º	Anual	INE	Não aplicável
		Lares de Idosos e Centros de Dia	N.º	Quinquenal	INE	Aumentar/Intensificar
		Densidade de fogos por perímetros urbanos	N.º/m ²	Anual	CMB	Não aplicável
		Impermeabilização do Solo	%	Anual	CMB	Não aplicável
		Implementação das medidas do plano de redução do ruído	N.º	Anual	CMB	Aumentar/Intensificar

FCD	CRITÉRIO	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	TENDÊNCIA/META
		N.º de Reclamações dos Municípios relativamente ao ruído	N.º	Anual	CMB	Não aplicável
		Taxa de ocupação do Espaço Urbanizável	%	Quinquenal	CMB	Não aplicável
	Infraestruturas Urbanas	População servida por Sistemas de Abastecimento de Água	%	Anual	CMB	Aumentar/Intensificar
		Variação da quantidade de água gasta na rega de espaços verdes	%	Anual	CMB	Não aplicável
		Tipo de água utilizada na rega dos espaços verdes (% água bruta, % água residual tratada e/ou % água de abastecimento)	% ³	Anual	CMB	Não aplicável
		Águas pluviais e de infiltração afluentes ao sistema de drenagem	% ⁴	Anual	CMB	Não aplicável
		Água captada não perdida no sistema de abastecimento ⁵	%	Anual	CMB	Aumentar/Intensificar
		População servida por sistema público de drenagem de águas residuais	%	Anual	SIMLIS	Aumentar/Intensificar
		Qualidade da Água para consumo humano	% de análises em violação da legislação	Anual	APA	Não aplicável
		Água captada que provém de captações com perímetro de proteção ou de albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento definido ⁶	%	Anual	CMB	Não aplicável
		Taxa de cobertura por ETAR	%	Anual	SIMLIS	Aumentar/Intensificar
		População afetada em situação de escassez de água	%	Anual	Águas do Lena CMB	Reduzir/Anular
		Reutilização de Águas Residuais Tratadas	m ³	Anual	SIMLIS	Aumentar/Intensificar
		Produção de Resíduos	ton/hab	Anual	Valorlis Suma	Não aplicável
		Reciclagem e Valorização de Resíduos	ton/hab	Anual	Valorlis	Aumentar/Intensificar

³ Valor de referência = 0% de água de abastecimento

⁴ Valor de referência: ≤20%

⁵ Valor de referência: ≥80%

⁶ Valor de referência: ≥95%

FCD	CRITÉRIO	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	TENDÊNCIA/META
					Suma	
	Rede Viária	N.º de intervenções para a construção de passeios e ciclovias	N.º	Bienal	CMB	Aumentar/Intensificar
		Rede viária Qualificada	Km	Anual	CMB	Aumentar/Intensificar
		Emissão de gases com efeito de estufa	Ton CO2/hab	Anual	CCDR-C INE	Reduzir/Anular
		N.º e Tipologia de medidas de atenuação previstas para as áreas RN2000	N.º	Anual	ICNF CMB	Aumentar/Intensificar
		Utilizadores da Rede de Transporte Públicos	N.º	Anual	CMB	Aumentar/Intensificar
		Veículos da Rede de Transporte Públicos	N.º	Anual	Empresas do Concelho	Aumentar/Intensificar

Quadro 8: Indicadores de Seguimento para o FCD “Atividades económicas”

FCD	CRITÉRIO	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	TENDÊNCIA/META
Atividades Económicas	Áreas Industriais/Empresariais	N.º e tipologia de empresas criadas	N.º	Anual	CMB INE MTSS	Não aplicável
	Exploração de Massas Minerais	Planos de Recuperação Paisagísticos de Pedreiras	N.º/€	Quinquenal	CMB	Aumentar/Intensificar
		Níveis de Poluição Sonora	% de análises em violação	Anual	CCDR-C	Reduzir/Anular
		Excedências dos níveis de concentração de poluentes atmosféricos aos valores limite legalmente estabelecidos	N.º	Anual	CCDR-C	Reduzir/Anular
		Reclamações apresentadas pela população	N.º	Anual	CMB	Não aplicável
		Impactes na população provocados pela movimentação de viaturas, nomeadamente a emissão de partículas	N.º	Anual	CCDR-C	Reduzir/Anular
		Reclamações sobre as patologias detetadas nas construções decorrentes da atividade extrativa	N.º	Anual	CCDR-C	Não aplicável
		Reclamações relativas a pavimentos deteriorados (vias e passeios) devido ao tráfego pesado decorrente das explorações	N.º	Anual	CCDR-C	Não aplicável
		Acidentes viários provocados pelo aumento do tráfego pesado na envolvente.	N.º	Anual	CCDR-C	Reduzir/Anular
		Resíduos produzidos relacionados com a exploração de massas minerais	%	Anual	CCDR-C	Reduzir/Anular
Qualidade do ar	% de análises em violação	Anual	CCDR-C	Não aplicável		

FCD	CRITÉRIO	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	TENDÊNCIA/META
	Turismo	Intensidade Turística ⁷	%	Anual	DGT INE	Aumentar/Intensificar
		Taxa de ocupação hoteleira	%	Anual	TP INE	Aumentar/Intensificar
		Capacidade de Alojamento	N.º de Camas	Anual	INE	Aumentar/Intensificar
	Agricultura	Superfície Agrícola Utilizada	%	Anual	DRAP-C	Aumentar/Intensificar
		População ativa empregada no sector agrícola	%	Anual	INE	Aumentar/Intensificar
		Ocupação das áreas de RAN ou do solo qualificado como solo agrícola	Tipologia de ocupação	Quinquenal	CMB	Não aplicável
Património Cultural	Património Arquitetónico e Arqueológico	Intervenções na envolvente ao património classificado	N.º	Anual	TP	Reduzir/Anular
		Estado de conservação do património classificado	Adimensional	Anual	TP	Aumentar/Intensificar
		Requalificação de edifícios históricos	N.º	Anual	TP	Aumentar/Intensificar

⁷ Indicador 69: “Avalia a relação entre a quantidade de turistas e a população residente num determinado território, indicando a dimensão dos potenciais impactes resultantes”, SIDS, APA, 2007.

Quadro 9: Indicadores de Seguimento para o FCD “Património Cultural”

FCD	CRITÉRIO	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	TENDÊNCIA/META
Património Cultural	Património Arquitetónico e Arqueológico	Intervenções na envolvente ao património classificado	N.º	Anual	TP	Reduzir/Anular
		Estado de conservação do património classificado	Adimensional	Anual	TP	Aumentar/Intensificar
		Requalificação de edifícios históricos	N.º	Anual	TP	Aumentar/Intensificar

5. CONCLUSÃO

Com a elaboração do presente RA pode-se constatar que a implementação da proposta de RPDM-Batalha trará efeitos positivos, pois potenciará o desenvolvimento económico, social e ambiental do concelho, embora se considere que algumas questões deveriam ter sido alvo de maior reflexão.

A promoção de um desenvolvimento urbano, descentralizado e estruturado num território policêntrico, complementado por áreas destinadas às atividades industriais/empresariais, permitirá uma melhor organização das atividades económicas e possibilitará a fixação de uma população mais jovem e qualificada, contribuindo positivamente para o desenvolvimento económico e social do concelho. Associado ao crescimento populacional, à expansão urbana e ao incremento das áreas industriais/empresariais aumentarão os efeitos nefastos para a biodiversidade, para os recursos naturais e para os riscos tecnológicos associados, que deveriam ter sido ponderados na proposta apresentada. A expansão das indústrias de inertes deverá considerar os efeitos negativos que advêm da sua exploração, procurando garantir a salvaguarda da paisagem existente. Considera-se ainda que a estratégia apresentada deveria ter apontado soluções para os problemas ambientais identificados, procurando garantir que essas atividades adotariam melhores práticas, assegurando a proteção dos recursos naturais associada ao desenvolvimento económico.

As preocupações em garantir um adequado nível de serviços, equipamentos e espaços verdes públicos melhoram a qualidade de vida da população que, associados a uma rede viária melhor estruturada, permitirá aumentar a mobilidade concelhia, potenciando a dinâmica territorial e o desenvolvimento económico. Contudo, considera-se que deveria ser melhorada a estratégia de incentivo ao uso dos transportes públicos e uso pedonal, contribuindo para melhorar a qualidade do ar. Também é fundamental assegurar que sejam minimizados os impactes negativos associados à fragmentação do território e habitats pelo atravessamento de novas estradas.

A aposta no desenvolvimento do turismo no concelho, associado à valorização e proteção do património cultural e natural, é uma estratégia que permitirá aumentar a capacidade de atrair visitantes para o concelho, devendo assegurar-se a minimização dos riscos ambientais.